

FÓRUM POTIGUAR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
DOCUMENTO BASE – SUBSÍDIO AS DISCUSSÕES NO XI ENEJA



XI ENEJA

IDENTIDADE DOS FÓRUMS: CONQUISTAS E DESAFIOS

NATAL/RN
2009

SUMÁRIO

1 SITUANDO HISTORICAMENTE O FÓRUM POTIGUAR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (FPEJA)	03
2 OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE EJA NO RIO GRANDE DO NORTE NA PERSPECTIVA DO FPEJA	07
3 OS ALICERCES DO FÓRUM POTIGUAR DE EJA, A ATUAÇÃO DE CADA SEGMENTO, A IDENTIDADE E A ATUAÇÃO CONQUANTO A POLÍTICA ESTADUAL DE EJA	12
4 A CONCEPÇÃO QUE ORIENTA A POLÍTICA DE EJA NO RIO GRANDE DO NORTE SOB A ÓTICA DO FPEJA	34
5 CONTROLE SOCIAL NA EJA, FINANCIAMENTO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS, ANÁLISE PROPOSITIVA DO FÓRUM DE EJA	34
REFERÊNCIAS	35

1 SITUANDO HISTORICAMENTE O FÓRUM POTIGUAR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (FPEJA)

O Fórum Potiguar de Educação de Jovens e Adultos (FPEJA) se constitui em um espaço informal onde educadores e educadoras, entidades governamentais e não governamentais e os movimentos sociais se articulam em torno do interesse comum no desenvolvimento de práticas de educação de jovens e adultos.

Trata-se de um espaço plural que objetiva o comprometimento de seus integrantes na discussão, fortalecimento de propostas para a EJA em cada unidade federada. É também um espaço de lutas em busca de uma melhor qualidade na educação oferecida a esse segmento. Por isso, o fórum atua procurando articular parcerias e alianças que ofereçam condições necessárias ao enfrentamento da grave situação do analfabetismo, da baixa escolarização, de jovens e adultos e da exclusão social provocada pela falta de garantia de seu direito à educação. Entende-se que essa luta tem como objetivo principal o estabelecimento de políticas públicas e de financiamento para os programas nesse campo educacional.

Movidos pelo desejo de mudar essa realidade, um grupo de educadores ligados às instituições que desenvolviam a Educação de Jovens e Adultos – EJA no Rio Grande do Norte – RN - passou a se reunir para começar a pensar na criação de um fórum que pudesse se constituir em um espaço de discussões e de lutas em prol do melhor funcionamento da EJA no estado. As primeiras discussões aconteceram logo após o Encontro Nacional Preparatório à V CONFINTEA, realizado em setembro de 1996, em Natal.

Nesse período, instituições que desenvolviam a EJA no Rio Grande do Norte passaram a se reunir com frequência, aproveitando a mobilização em torno da CONFINTEA que aconteceria no ano seguinte em Hamburgo, na Alemanha.

Reuniões se sucederam por aproximadamente um ano, porém resultaram aparentemente infrutíferas, pois toda mobilização perdeu o entusiasmo e não se criou o fórum. Era apenas um começo.

Em 1998, o grupo se articula novamente e retoma as discussões em torno da criação do fórum porque o momento político exigia um espaço de discussão e lutas a favor da EJA. Não foi ainda, contudo, desta vez que se criou o fórum, embora

algumas pessoas já estivessem participando dos encontros nacionais que já estavam acontecendo.

No início de 2002, o grupo voltou a se articular. Foram realizadas reuniões de estudos sendo elaborado o regimento e finalmente foi criado o **Fórum Potiguar de Educação de Jovens e Adultos/RN**, no dia 26 de junho de 2002, por ocasião do II Encontro Estadual de EJA, realizado no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, promovido pelo grupo de educadores e instituições que fundou o FPEJA.

São instituições fundadoras do FPEJA:

- I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN;
- II. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN;
- III. Universidade Potiguar – UnP;
- VI. Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte – SEEC/RN;
- V. Secretaria Municipal de Educação – Natal SME/Natal;
- VI. Serviço Social da Indústria – SESI/RN;
- VII. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/RN;
- VIII. Serviço Social do Comércio – SESC/RN;
- IX. Serviço de apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- X. Arquidiocese de Natal – Frente de Alfabetização Popular – FAP;
- XI. Movimento de Educação de Base – MEB;
- XII. Programa de Desenvolvimento Urbano de Natal – PRODURN;
- XIII. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte – FETARN;
- XIV. ALFALIT Brasil e
- XV. Federação das Mulheres do Rio Grande do Norte.

Em 2006, duas instituições passaram a integrar o FPEJA, tornando-se membros integrantes: a Escola Marista Champagnat de Natal e a I Dired/Parnamirim – Direção Regional de Educação. Em março de 2009 a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte – RN e a Universidade Vale do Acaraú – UVA se tornaram membros integrantes do FPEJA. Vale ressaltar que, algumas instituições fundadoras já não participam do fórum e, algumas integrantes participam por certo tempo e depois se desmobilizam.

Ao longo de seus sete anos de funcionamento, o FPEJA realizou ações importantes, embora não mantenha uma regularidade em suas atividades. Foram realizados encontros estaduais (2002, 2003, 2008), seminários em municípios pólos (2004, 2005), reuniões em Assu(2007) e Mossoró que culminou com a criação do primeiro Fórum Regional.

Constituindo-se em uma grande conquista do FPEJA, no dia 06 de setembro de 2007 foi criado o primeiro Fórum Regional/RN de Educação de Jovens e Adultos que, é um coletivo de entidades envolvidas com a educação destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, educação popular, educação continuada e outras experiências na área. O fórum tem sua sede em Mossoró/RN e é dotado de autonomia política e organizativa tanto em relação aos órgãos estatais quanto as demais entidades civis existentes, estabelecendo para isso, espaços próprios de decisão e afirmação de sua soberania, previstos em seu regimento.

São membros fundadores os seguintes organismos governamentais e não governamentais presentes na Assembléia Geral de criação do Fórum Regional/RN de Educação de Jovens e Adultos:

- Serviço Social da Indústria – SESI
- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN
- Gerência Executiva da Educação e do Desporto – GEED
- 12ª Diretoria Regional de Educação – 12ª DIRED
- Secretaria de Educação do Município de Baraúna
- Secretaria de Educação do Município de Areia Branca
- Secretaria de Educação do Município de Messias Targino
- CEJA Professor Alfredo Simonetti

Em 2008 o FPEJA teve participação na audiência realizada em Natal, pró reformulação do Parecer 011/2000 do relator Jamil Cury, realizando estudos preliminares dos textos base junto a SME/Natal para subsidiar as discussões no dia 30 de agosto. Participação em 2008 em todos os encontros preparatórios a VI CONFINTEA. Participou também através de sua representante da reunião da CNAEJA realizada em dezembro, em Natal.

Em 2009 o FPEJA vem apresentando mais regularidade em seus encontros, reunindo-se ordinariamente às últimas quintas-feiras do mês. Elegeu em março uma nova coordenação que atualmente é exercida por um colegiado formado por cinco instituições: UFRN, FETRAF, IFRN, SESC e UnP.

Foi realizada no dia 14 de julho, uma reunião extraordinária, solicitada pela representante da SME – Natal, para solicitar ao FPEJA que manifestasse sua posição contrária a adesão desta secretaria ao Exame Nacional para Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos – ENCCEJA, o que foi feito através de ofício onde é explicitada a posição do FPEJA e dos fóruns do Brasil e encaminha o texto das audiências realizadas em 2008 que trata do assunto, como também o Documento Base Preparatório a VI CONFINTEA.

Realizou-se no dia 30 de julho último, a plenária para eleição dos delegados para o XI ENEJA.

2 OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE EJA NO RIO GRANDE DO NORTE NA PERSPECTIVA DO FPEJA

O primeiro grande desafio a enfrentar é a formação do docente para atuar na EJA.

O Fórum Potiguar de EJA - FPEJA se preocupa com a formação docente na EJA no estado do RN e revela que algumas instituições de Ensino desenvolveram cursos voltados a Pós-graduação com o intuito de melhorar as ações pedagógicas dos professores que atuam em EJA. Outro aspecto que inquieta o Fórum quando se debruça no estudo dessa temática são alguns questionamentos referentes à docência: Qual a natureza do trabalho docente? Que tipo de trabalho é a docência? Que profissão é a do ensino? Isso nos eleva a uma inquietude, pois não só vemos, mas estamos inseridos nessa problemática e que por muitas vezes queremos ser imediatistas e resolver o problema sem termos um conhecimento profundo de suas causas. Desde os anos 90 a discussão e a fundamentação teórica sobre a formação docente emergiram no Brasil e em outros países face aos problemas de ensino, políticas públicas equivocadas, reformas educacionais que pouco provocam mudanças no sistema educacional.

Há uma crescente mobilização no que diz respeito ao estudo da formação docente, mas que se mostra insuficiente no tocante a uma tomada de decisão dos professores a assumirem seus atributos profissionais. Como relatam Gauthier, Nuñez e Ramalho (2003, p. 60): “[...] construção de um novo modelo baseado numa nova visão do professor como profissional [...]”. O fato dos professores assumirem um perfil profissional requer uma certa autonomia e identidade profissional. Gauthier, Nuñez e Ramalho (2003). Nesse caso não dependem só das reformas educacionais que impulsionadas pela sociedade, criam maneiras de encarar o exercício da docência.

A formação docente, tanto inicial como continuada em EJA deve assumir uma nova forma de superar a formação tradicional e tecnicista da academia e o professor passa a ser sujeito ativo, ou seja, agente de sua própria prática e de saberes.

A formação profissional tem sido uma preocupação constante e desafiadora para todos aqueles que fazem parte do mundo do trabalho. Esse mundo voraz e selecionador aponta caminhos para os profissionais revelando o perfil que eles

devem seguir para se inserirem no mercado de trabalho. Entendemos que no campo educacional a formação continuada está relacionada a esses aspectos, tanto na perspectiva do desenvolvimento profissional como pessoal e da educação humanizadora.

O estudo hoje da profissionalização docente é uma das problemáticas chaves para a mudança educacional. Essa questão traz a necessidade de uma análise aprofundada dos modelos de formação, das questões de aperfeiçoamento e do fortalecimento da profissão docente (Gauthier, Nuñez e Ramalho, 2004).

A docência se desenvolve em situações específicas, portanto:

“O movimento da profissionalização da docência é ideológico, social político e econômico. Sua realização implica em mudar um conjunto de características”.

Os autores relatam de forma sucinta, os **contextos formativos** desprofissionalizantes marcados por complexas relações de poder, interesses e atitudes fragilizadas seja proveniente dos processos formativos ou dos professores formadores.

O professor deve assumir *a reflexão, a crítica e a pesquisa* como atitudes que lhe dê suporte de participar da construção de sua profissão. Esses três componentes articulados contribuem para uma visão mais ampla de sua atividade profissional.

Devem ser analisadas tais questões:

- A reflexão da prática é insuficiente quando não se dispõe de recursos metodológicos.
- A pesquisa como atividade profissional proporciona recursos metodológicos para avançar no desenvolvimento da profissão.
- A crítica é considerada uma forma de aproximação, reformulação e recriação da realidade.
- O professor pesquisador é construtor da sua prática, de saberes, quando inserido no âmbito escolar.

Ainda falando sobre a pesquisa nos detemos na questão *da superação do superficial em sala de aula. Para que isso ocorra é necessário o professor ver a pesquisa como ferramenta da reflexão crítica da prática contribuindo para a construção de novos saberes.*

O II Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, ocorrido em junho de 2007 na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia teve como tema os desafios e as perspectivas da formação de educadores, e o objetivo de refletir e apontar diretrizes acerca dessa formação no Brasil. Pela relevância do tema acredita-se que muito ainda há o que se estudar e o que se fazer.

A discussão sobre a formação docente torna-se complexa quando o professor desenvolve uma ação pedagógica repleta de saberes que segundo Alves (2007, p. 24): “Saberes está relacionado ao conjunto de conhecimentos que o professor possui e emprega em sua atividade docente”. Os saberes docentes são produzidos durante a ação pedagógica e para esta. Eles estão sujeitos a validação e estão inseridos nos diversos campos do conhecimento humano. Dessa forma a formação continuada para Educadores de EJA deve ser vista como uma formação que leve em conta a identidade e os saberes do Educador. Tardif (2007, p. 16) diz que: “Os saberes de um professor são uma realidade social materializada através de uma formação, de programas, de práticas coletivas, de disciplinas escolares, de uma pedagogia institucionalizada, etc., e são também, ao mesmo tempo, saberes dele”.

O desafio está em saber como os professores entendem, constroem, reconstroem e aplicam esses saberes em sala de aula. Gauthier, Nuñez e Ramalho (2003, p. 26) dizem que: “As novas construções de saberes e competências dos indivíduos são também resultado dos interesses particulares de sua classe social, raça, sexo, grupo profissional, etc.”.

Perrenoud fala que o professor deve administrar sua própria formação contínua, pois ela condiciona a atualização e o desenvolvimento de todas as outras. Portanto saber administrar sua formação refere-se ao conjunto de competências que o professor deve saber explicitar e envolver-se em tarefas de ensino ou do sistema educativo acolhendo também a formação dos colegas e participando da mesma.

Retomando a formação profissional é necessário encarar o desafio de entender a docência como profissão que tem sua linha de compreensão imbricada na profissionalização que segundo Gauthier, Nuñez e Ramalho (2003, p. 50):

A profissionalização é entendida como o desenvolvimento sistemático da profissão, fundamentada na prática e na mobilização/atualização de conhecimentos e especializados e no aperfeiçoamento das competências para a atividade profissional.

É desafiador pensar esse aspecto na formação dos docentes do ensino médio, haja vista a diversidade e a especificidade que essa etapa de ensino apresenta. Atualmente a formação de professores da EJA é tímida se observarmos a importância que essa tem ocupado nos debates educacionais.

Essa profissionalização se dá pela aquisição de um espaço pelo professor e consequentemente o seu reconhecimento enquanto profissional pela sociedade. Dessa forma o intuito é que os docentes da EJA repensem dentro de um procedimento teórico metodológico e de sua práxis, parâmetros que desenvolvam um perfil de um educador de Jovens e Adultos que segundo ARROYO (2006, P. 18): “Vamos ter que inventar esse perfil e construir sua formação”.

O segundo desafio é a existência de programas emergenciais em detrimento do estabelecimento de políticas públicas de estado e não de governo.

A posição do Fórum potiguar em relação aos Programas emergenciais do Governo é divergente no tocante a perpetuação de tais programas sem que se estabeleça uma ação de política pública que atenda as especificidades dos sujeitos da EJA. É importante ressaltar que mesmo com o caminho histórico percorrido, a Educação de Jovens e Adultos ainda enfrenta problemas sérios de fracassos escolares em decorrência da ausência das políticas públicas. Em razão disso, a sociedade tem buscado alternativas que superem estes obstáculos.

O Governo desenvolve ações equivocadas quando anuncia a criação de programas que tentam atingir a camada de alunos que não se enquadra na já existente EJA. Daí, criaram-se programas do tipo *Alfabetização Solidária, Sim eu posso, Brasil Alfabetizado, Pró- jovem urbano e rural*, entre outros. Dentro dos meios educacionais estes programas são criticados. No entanto o governo acredita que representam verdadeiras alternativas para superar o analfabetismo e baixos níveis de escolarização verificados no país.

O terceiro e talvez maior desafio é o do abandono escolar na EJA.

Como superá-lo? Revendo o currículo da EJA? Incluindo conteúdos e disciplinas na área da formação profissional? Atividades artístico-culturais? Conteúdos significativos e interessantes? Mas do ponto de vista de quem?

O quarto desafio se constitui no atendimento a diversidade existente na EJA.

Como dar conta de atender a diversidade de interesses de cada grupo que está na EJA? E quando os grupos estão representados em uma mesma sala de aula? Como atender os interesses de um, sem ferir os interesses do outro? Não estamos dando conta de responder a estes questionamentos para atender adequadamente os nossos alunos.

O quinto desafio é a rotatividade do professor da EJA.

Preocupada com a formação inicial do professor para atuar na EJA, a SME/Natal e a SEEC/RN através de parcerias com a UFRN e UnP respectivamente realizaram cursos de especialização em Educação de Jovens e Adultos para os professores de suas redes. Observa-se que mais de 60% desses profissionais já abandonaram o campo educacional para o qual se especializaram. Também foi possível observar que, não houve mudança na prática de alguns professores após a formação. A SME– Natal continua investindo num processo de formação continuada, com alguns desafios ainda a superar.

3 OS ALICERCES DO FÓRUM POTIGUAR DE EJA, A ATUAÇÃO DE CADA SEGMENTO, A IDENTIDADE E A ATUAÇÃO CONQUANTO A POLÍTICA ESTADUAL DE EJA

O Estado do Rio Grande do Norte desenvolve programas e projetos de educação de jovens e adultos financiados pelo Ministério da Educação e/ou em parceria com este ou mesmo com recursos próprios das instituições.

1. Secretaria Municipal de Educação de Natal – SME/Natal

Atualmente está em fase de implantação o Projeto GerAção Cidadã, financiado pelo Programa Brasil Alfabetizado, com uma meta de atendimento de 2.500 alfabetizandos em 100 turmas, localizadas preferencialmente nas Zonas Norte e Oeste da cidade. Este projeto prevê uma contrapartida da Prefeitura de Natal para complementação de bolsas dos alfabetizadores, além da realização de atividades artístico-culturais e oficinas de atividades laborais (carpintaria, cestaria, confecção de vassouras, etc.).

A SME/Natal desenvolve a Educação de Jovens e Adultos com o objetivo de oportunizar a continuidade de estudos aos alunos egressos dos programas de alfabetização sob duas formas de organização do ensino: a EJA em níveis do Nível I ao IV, correspondendo assim a todo ensino fundamental e a EJA na metodologia de teleaula, através dos projetos **Tecendo o Saber e Tecendo Caminhos (Telecurso)**. O Projeto Tecendo o Saber corresponde as séries iniciais do ensino fundamental e o Tecendo Caminhos – Telecurso corresponde as series finais do ensino fundamental.

Na EJA organizada em níveis são atendidos 854 alunos no I Nível em 28 turmas, 1.236 no II Nível em 34 turmas, 3.226 no III Nível em 84 turmas e 2391 no IV Nível em 63 turmas, totalizando 7.707 alunos atendidos em 28 escolas.

No Projeto **Tecendo o Saber** que atende os egressos dos programas de alfabetização em uma metodologia de teleaula, são atendidos 112 alunos em quatro telessalas localizadas em duas escolas.

No **Tecendo Caminhos–Telecurso**, que oportuniza elevação de escolaridade aqueles que desejam continuar estudos em uma metodologia diferente, são atendidos 73 alunos em três telessalas, localizadas em duas escolas.

Estes projetos, originariamente, foram realizados em parceria com a Fundação Roberto Marinho, porém agora toda estrutura, formação de professores e acompanhamento são da SME.

2. Grupo Interinstitucional da EJA

O FPEJA participa com uma representante do Grupo Interinstitucional da EJA da rede municipal de ensino que tem o objetivo de avaliar, refletir sobre a ação pedagógica e estudar documentos para repensar o formato da EJA oferecida em Natal. Esses estudos deverão conduzir para um redimensionamento da prática, bem como para a elaboração de uma nova proposta para a EJA com a conseqüente elaboração de uma resolução que regulamente o ensino de jovens, adultos e idosos na Rede Municipal de Ensino de Natal. Este grupo é formado pelas seguintes instituições: FPEJA, UFRN, SINTE/RN e SME com representação de vários departamentos

3. Universidade Potiguar – UnP

A Universidade, dentro de seus objetivos de uma Instituição de Ensino Superior e tendo em vista o compromisso e a parceria com o Rio Grande do Norte demonstrando sua responsabilidade social assumiu o compromisso de combater o analfabetismo, para isso tem colocado à disposição desse trabalho sua estrutura e os seus profissionais.

Considerando os números do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar IBGE 2007, o Rio Grande do Norte possui 23,08% de jovens e adultos analfabetos e analfabetos funcionais.

Vivendo atualmente na denominada “sociedade do conhecimento”, os jovens e adultos precisam ter acesso ao mundo letrado, para administrar autonomamente sua aquisição permanente do saber, o que corresponde à função qualificadora da Educação de Jovens e Adultos –EJA de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96).

Foi assumindo esse desafio que a Universidade Potiguar, através da Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária passou a integrar o Programa Alfabetização Solidária, voltado para Educação de jovens e adultos.

A Educação assume atualmente um papel fundamental na organização da sociedade brasileira, em contexto de crescente evolução das tecnologias da comunicação e da informação.

Basicamente a pedagogia de Paulo Freire, compreendendo homem como um ser cognoscente, ou seja, capaz de estabelecer uma relação com o mundo que lhe permite transitar de uma consciência ingênua para uma consciência crítica que, por sua vez, pode ser colocada a serviço da transformação social humanizadora. Nessa perspectiva ler e escrever são interpretados como atos políticos. Capazes de desencadear processos de conscientização e estimular a participação social.

Alfabetização não é apenas o domínio do código da escrita, compreende também o uso da leitura e escrita como instrumento de organização e participação dos sujeitos. Podemos afirmar, que duas abordagens foram colocadas sobre o conceito de alfabetização e letramento: o modelo autônomo e o modelo ideológico.

O primeiro modelo deposita no indivíduo a responsabilidade da aprendizagem e da sua mobilidade social; o segundo modelo compreende a alfabetização como um ato social, o alfabetizado é capaz de relacionar o texto ao contexto.

Entretanto, a universidade considera que não devemos polarizar entre uma concepção e outra, mas aproximar as diversas correntes para ajudar a compreender a sociedade em que vivemos, pois essas duas concepções não consideram a subjetividade. Assim, pode-se acrescentar uma outra dimensão da alfabetização: a preocupação com as emoções. A afetividade, a auto-estima, as emoções; que estão relacionadas com as habilidades cognitivas. Portanto, mediante a complexidade do mundo contemporâneo, entende-se que o conceito de alfabetização exige não só o domínio do código de lectoescritura, mas exige competência de ser leitor e escritor de seu texto, de sua história, de sua passagem pelo mundo.

Nenhuma perspectiva de alfabetização se fará suficiente, enquanto não se garantirem as condições de exercer a cidadania a toda a gente, jovens e/ou adultos. Questões étnicas, de gênero, ambientais e de qualidade de vida, de trabalho e de dignidade profissional para além do comportamento ético são urgentes e demandam intervenções imediatas.

Assim, entende-se que cidadão alfabetizado é aquele que desenvolveu hábitos e procedimentos objetivando acesso a leitura para estudo, lazer, informação, a cultura e a aprendizagem ao longo de toda sua vida.

Contribuindo para uma melhor qualidade de vida, favorecendo a inclusão destes nos diversos campos da atuação humana, possibilitando-os e motivando-os para expressarem e intervirem nos espaços sociais.

Foi com essa visão que a Universidade Potiguar- UnP realizou o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos: *Linguagens e Educação*, promovido pela Secretaria Estadual de Educação e da Cultura - SEEC. Esse Curso foi idealizado para mil professores da rede estadual de ensino que estivesse em sala de aula, apoio pedagógico, e coordenação.

O Curso teve carga horária de 360 horas aulas, distribuídas entre dez disciplinas - Interação e mediação na sala de aula, Organização e dinamização curricular, Leitura, reflexão e produção de textos I, Leitura, reflexão e produção de textos II, Letramento e alfabetização, Psicologia da educação matemática, Resolução de problemas, Tecnologia na Educação, Pesquisa na Educação e Orientação para produção de textos do gênero científico - correspondendo, portanto, a 33 horas aulas por disciplina, e 30 horas aulas vivenciais destinadas para conferências, palestras e mesas-redondas.

Em seu Curso de Pedagogia formador de professores críticos e reflexivos, possui na grade curricular como disciplina obrigatória Educação de Jovens e adultos, com a Prática de Ensino e Estágio em EJA.

Em parceria com a Alfabetização Solidária no combate ao analfabetismo, capacitou, **2.541** (dois mil quinhentos e quarenta e um) alfabetizadores e alfabetizou **42.420** (quarenta e dois mil quinhentos e quatrocentos e vinte) jovens e adultos. No período de julho 1997 a dezembro de 2007. Contribuindo para elevação da escolarização dos alfabetizadores, incentivando a formação superior.

3. Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA

A Universidade Estadual Vale do Acaraú vem ofertando, no Rio Grande do Norte, mediante um Convênio de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, um Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica com a preocupação de contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos profissionais para o exercício do magistério, visando melhorar o padrão de qualidade do ensino e, em conseqüência, da aprendizagem dos estudantes da Educação Básica.

Tendo a convicção de que compete à Instituição de Ensino Superior, no contexto das políticas públicas de educação, a criação de mecanismos e estratégias para cumprir o seu dever e o seu compromisso com a formação dos professores, tanto para atuar na educação das crianças e adolescentes como na educação de jovens e adultos é que passou a redefinir suas funções, de modo a oferecer cursos no nível de graduação, de pós-graduação e de extensão para que os profissionais possam atuar em processos pedagógicos escolares e não-escolares: nos processos produtivos, nos movimentos sociais, nas organizações de trabalhadores, como sindicatos, associações, nos bairros e nas ruas das comunidades.

Assim é que foram introduzidas na Estrutura Curricular do Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura as disciplinas **Educação e Movimentos Sociais, Educação de Jovens e Adultos e o Seminário Temático III voltado para as Tendências Atuais da Educação de Jovens e Adultos**, assim como **Pesquisa e Prática em Educação I e II** para possibilitar oportunidades de desenvolvimento de um processo investigativo direcionado para o aprofundamento de estudos no âmbito das modalidades de Educação Básica, incluindo-se a Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A UVA, para enfrentar esse desafio, passou a reorganizar o projeto pedagógico do curso e a sua gestão adotando formas flexíveis, diversificadas, transdisciplinares e interinstitucionais nas interações com a prática social, no sentido de promover a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme o acima exposto.

Hoje, mais do que ontem, os estudantes do curso de Pedagogia vem demonstrando interesse em pesquisar temas/problemas relacionados à Educação de Jovens e Adultos e isso vem contribuindo tanto para a produção do conhecimento, mas sobretudo, para revisar e fortalecer posturas pedagógicas dos professores formadores, dos estudantes e da própria Universidade face à problemática em foco, perseguindo os princípios e valores que constituem o rigor acadêmico e o compromisso com a democratização da educação pública de qualidade em todos os níveis e modalidades, buscando, permanentemente, a construção da democracia e da cidadania.

4. Serviço Social do Comércio – SESC / RN

O Serviço Social do Comércio- SESC vem desenvolvendo no Estado do Rio Grande do Norte ações na Educação de Jovens e Adultos. O Departamento Regional do SESC, implementou a EJA, iniciando no ano 2000, em Natal, com 06 turmas de alfabetização, no Centro Educacional localizado no Conjunto Santa Catarina. No ano de 2008, o SESC ampliou a ação do **Projeto SESC Ler** levando dois centros educacionais ao interior do Estado, às cidades de Nova Cruz e São Paulo do Potengi dispondo de 03 salas de aula em cada centro, cuja previsão é funcionar com 06 turmas distribuídas nos turnos vespertino e noturno para cada unidade educacional. Além dessa demanda, o SESC/ RN promove 04(quatro) turmas em salas pólos situados na Unidade SESC Macaíba, no SESC Vila de Ponta Negra e no Centro Integrado de Apoio às Vítimas de Violência - CIAVV, no conjunto Santarém, com capacidade para alfabetizar 30 alunos por sala. Devido à necessidade em possibilitar a continuidade de escolarização no ensino básico dos alunos que concluíam o processo de alfabetização inicial, o SESC, ampliou o atendimento ao Primeiro Segmento do Ensino Fundamental oferecendo os Níveis I e II, conforme autorização da Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desportos – SECD/RN, Portaria de nº 404 de 2 março de 2006. Dessa forma o período letivo anual obedece a Lei de Diretrizes e Bases –LDB nº 9.394/96, que prevê o mínimo de 200 dias letivos com 800 horas. No SESC essa distribuição acontece da seguinte maneira: 600 horas presenciais e 200 horas vivenciais, que são contempladas através de atividades extra-classe.

OBJETIVO DA AÇÃO

O SESC é uma entidade de prestação de serviços de caráter socioeducativo, cuja atuação se dá no âmbito do bem-estar social, nas áreas da saúde, cultura, educação, esporte e lazer. A Educação de Jovens e Adultos tem como finalidade desenvolver um processo educativo integrado para homens e mulheres com idade acima de 15(quinze) anos, não escolarizados na idade regular, que pretendem iniciar na alfabetização dando continuidade ao ensino básico, cujo objetivo é contribuir para minimizar o analfabetismo; sua implementação visa atender as comunidades mais carentes funcionando em Centros Educacionais e pólos – salas localizadas em espaços comunitários. Para desenvolver um trabalho que rima a eficiência e eficácia, o SESC, tem priorizado investir recursos, cuja filosofia da

Proposta Pedagógica acompanhe as diretrizes educacionais buscando viabilizar a continuidade da escolarização desse público, para que esses sujeitos possam compreender sua atuação no mundo contemporâneo enquanto pessoas críticas e participativas na sociedade.

PROPOSTA PEDAGÓGICA

Nas últimas décadas, o conceito de alfabetização vem mudando radicalmente. Durante muito tempo, considerou-se que uma pessoa estava alfabetizada quando sabia ler e escrever, ainda que num nível muito rudimentar. Foi essa concepção que, durante muito tempo, orientou a maior das campanhas de alfabetização de jovens e adultos em todo o mundo. Acreditava-se que em dois ou três meses se pudessem ensinar os princípios básicos da codificação dos sons em letras e que, a partir de então, jovens e adultos já estariam aptos a empregar esse conhecimento em proveito próprio. Essa concepção levou a maioria das campanhas de alfabetização de adultos ao fracasso. Encerrada a campanha a maioria dos jovens e adultos não encontrava incentivos para aplicar seus conhecimentos em oportunidades educativas para continuar aprendendo: ocorria então o fenômeno conhecido como regressão ao analfabetismo.

Atualmente, os educadores trabalham com um conceito mais abrangente, que pode ser designado como alfabetismo ou letramento. Esse conceito refere-se não apenas ao saber ler e escrever, mas principalmente ao saber usar a leitura e a escrita. Portanto, para passar a condição de analfabeta para a condição alfabetizada, em alguma medida o indivíduo tem de incorporar a linguagem escrita em sua vida.

É nessa perspectiva que a Proposta Pedagógica do SESC prevê que, a sistematização do ensino— alfabetização ou, ciclos, somente ganha sentido na vida de jovens e adultos se puderem aprender algo mais que juntar letras. Junto com o aprendizado da escrita, eles precisam desenvolver novas habilidades cognitivas de compreensão, elaboração e controle da própria atividade, precisam também criar novas motivações para transformar-se a si mesmos, e ao meio em que vivem.

Ao definir uma metodologia, é preciso responder a pergunta: o que esperamos que os jovens e adultos façam com suas habilidades de leitura e escrita recém-adquiridas? Se, esperamos que apenas repitam mecanicamente um conjunto

limitado de textos, mais uma vez podemos recorrer aos exercícios de recitação de sílabas e frases de qualquer cartilha. Mas, se desejamos, porém, que desenvolvam novas formas de raciocínio, que se interessem pelos fatos do mundo, que sejam agentes de transformações, melhorando a sua vida e a da comunidade, então devemos pensar num novo modo de alfabetizar/escolarizar. Devemos pensar estratégias que incentivem a criatividade, o raciocínio, o desejo de aprender e a responsabilidade com o auto-desenvolvimento e com o desenvolvimento social.

A reflexão contínua sobre a prática pedagógica é condição essencial para que os educadores possam aperfeiçoar sua ação. Para viabilizá-la, algumas estratégias devem fazer parte do cotidiano do trabalho: o planejamento conjunto o registro das atividades e a discussão com coordenadores, orientadores e demais professores. Ao realizar o planejamento com uma equipe, o professor tem a oportunidade de ampliar seu repertório de atividades e materiais; além disso, esse procedimento conjunto favorece uma análise mais cuidadosa da adaptação das atividades propostas aos objetivos educativos.

A concepção de ensino da EJA pressupõe que os alfabetizadores atuem como agentes culturais em sentido amplo. Por isso, a formação dos professores deve incluir, além dos aspectos propriamente pedagógicos, a vivência contínua de atividades culturais diversificadas que atualizem e ampliem sua visão de mundo, alargando, em conseqüência, sua percepção das possibilidades socioculturais que podem apresentar aos alunos.

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A formação dos educadores (as) se dá através de ação sistemática que é acompanhada pela orientadora sob orientação técnica do coordenadora da educação do SESC, com intuito de dialogar com o (a) alfabetizador(a), para juntos interpretar e reorientar a ação pedagógica, à essa finalidade são organizados:

- Grupos de estudos, onde são discutidos textos visando ampliar a reflexão teórico-prática com base na prática em sala de aula;
- Encontros de vivências para socialização da prática pedagógica, com as demais alfabetizadoras;
- Leitura e discussão individual ou coletiva dos registros diários das alfabetizadoras, através dos quais são apresentadas e discutidas as dúvidas, os erros, os acertos e sucessos;

- Por fim, a instituição promove ainda, cursos que são previamente organizados de maneira que, as temáticas abordadas e o período de formação venham ao encontro das necessidades de aprofundamento pedagógico observadas na prática, para os quais são contratados especialistas na área educacional.

A supervisão também constitui uma atividade essencial para o aperfeiçoamento da prática docente e deve ter um caráter essencialmente formativo. Os coordenadores e orientadores se responsabilizam, junto com os professores, por promover um melhor conhecimento sobre os alunos, bem como pela busca de alternativas pedagógicas e da integração dos alunos em outras oportunidades de desenvolvimento cultural e educativo.

O calendário deve prever a realização de reuniões periódicas a fim de que o planejamento e a análise conjunta da prática possam ser concretizados. Nessas oportunidades, devem ser arrolados os novos materiais que precisam ser buscados ou, ainda a definição de outras providências visando ao bom desenvolvimento da atividade pedagógica.

PÚBLICO E BUSCA PELA DEMANDA

O público da EJA, que atendemos na escola SESC apresenta uma diversidade bastante acentuada tanto na faixa etária quanto em interesses e expectativas de vida. O corpo discente atual é formado por aposentados, donas de casa, diaristas, vigias, agricultores, feirantes, empregados formais e informais e desempregados, bem como, a idade varia entre 15 a 70 anos de idade, predominando o público feminino com 60% de mulheres e 40 % de homens. Para trazer esse público até os Centros Educacionais, a Equipe Pedagógica, composta por professores(as) e Orientador(a), divulga a ação na comunidade através de: panfletos, faixas e, sobretudo, no contato direto – porta – a – porta realizando visitas nas residências, igrejas e centros comunitários, além dos próprios alunos que são excelentes divulgadores. O acesso das pessoas a escolarização tem sido uma prioridade na escola SESC, inclusive promovendo a inclusão de pessoas com deficiência conforme mostra o quadro abaixo:

ATÉ INÍCIO DE 2008

Sínd. Down	Microcefalia	Def. Mental	Def. Física	TOTAL
02	01	02	03 (paralisia memb. inferior ou superior, sendo 01 cadeirante)	08

QUADRO REPRESENTATIVO DA EVOLUÇÃO DA EJA NO SESC – RN

2009	ALFABETIZAÇÃO	08
	PRIMEIRO SEGMENTO – CICLO I	04
	PRIMEIRO SEGMENTO – CICLO II	05
	TOTAL DE TURMAS	17

2008	ALFABETIZAÇÃO	10
	PRIMEIRO SEGMENTO – CICLO I	02
	PRIMEIRO SEGMENTO – CICLO II	02
	TOTAL DE TURMAS	14

2007	ALFABETIZAÇÃO	05
	PRIMEIRO SEGMENTO – CICLO I	02
	PRIMEIRO SEGMENTO – CICLO II	02
	TOTAL DE TURMAS	09

2006	ALFABETIZAÇÃO	06
2005	PRIMEIRO SEGMENTO – CICLO I	01
2004	PRIMEIRO SEGMENTO – CICLO II	02
2003	TOTAL DE TURMAS	09

2002	ALFABETIZAÇÃO	06
2001	TOTAL DE TURMAS	06

Escola SESC RN que oferecem Educação de Jovens e Adultos

- SESC MACAÍBA
- SESC NOVA CRUZ
- SESC POTILÂNDIA
- SESC SÃO PAULO DO POTENGI

5. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do RN – IFRN

A GÊNESE DO PROEJA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

*Texto de Dante Henrique Moura, Maria das Graças Baracho e Amélia Reis da Silva

O programa Nacional de Educação Profissional integra à Educação básica na modalidade de EJA - PROEJA (teve início em 2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.478. Esse instrumento previa que os cursos fossem oferecidos apenas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que inclui os CEFET,(hoje Instituto federal de Educação ,Ciência e Tecnologia do RN) as escolas técnicas vinculadas às universidades federais (no RN, pertencem a essa classificação a Escola de Música, a Escola de Enfermagem e a Escola Agrícola de Jundiáí, todas vinculadas a UFRN) e as escolas agrotécnicas federais.

A sociedade em geral recebeu muito bem a iniciativa do governo federal em função do seu mérito, entretanto, essa regulamentação trazia muitas falhas quanto à (im)possibilidade de sua operacionalização. Desde aspectos de forma, como a falta de interlocução com o meio acadêmico antes de fazer valer a força de um Decreto na área educacional, principalmente, com as instituições da Rede Federal de EPT, as quais haviam sido convocadas a oferecer os cursos. Também não houve interlocução com os sistemas estaduais e municipais de ensino, nem tampouco com os trabalhadores. Quanto ao conteúdo, destaca-se a impossibilidade da Rede Federal de EPT, de forma isolada, contribuir de maneira efetiva para oferecer, qualitativa e quantitativamente, as vagas demandadas pelo quadro educacional brasileiro já evidenciado anteriormente. Para que se tenha uma idéia mais precisa essa Rede, em 2006, não chegava a atender 100 mil estudantes. Além disso, até então, não havia atuado de forma sistemática na educação de jovens e adultos, de maneira que não dispunha (e ainda não dispõe em termos quantitativos) de quadro docente para fazer frente à demanda.

Foi nesse contexto, que o MEC, reconhecendo tais equívocos criou um grupo de trabalho (GT) para estudar e propor medidas voltadas ao aperfeiçoamento do PROEJA. Como resultado do trabalho do mencionado GT, surge como principal proposta a de transformar o Programa em política pública, surgindo daí a necessidade de: ampliar o espectro de instituições que podem oferecer tais cursos, incluindo, dentre outros, os sistemas públicos dos estados e dos municípios

brasileiros; formar professores no âmbito federal, estadual e municipal para atuar no ensino médio integrado na modalidade EJA; construir o novo campo do conhecimento por meio do incentivo à criação de grupos de pesquisa nas universidades públicas em regime de colaboração com os CEFET; contribuir para a efetivação do princípio constitucional que visa estabelecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino para concretizar as ofertas educacionais; atribuir à Rede Federal de EPT e às universidades federais o papel mais estratégico nesse regime de colaboração com os estados e municípios: formação de professores e de pesquisadores em processos integrados; produção do conhecimento; e oferecimento do maior número de vagas possível no ensino médio integrado na modalidade EJA.

Esse movimento produziu um novo marco legal, o Decreto nº 5.840/2006, o qual contemplou grande parte das medidas propostas pelo aludido GT e esse marco vem produzindo movimentos interessantes do ponto de vista educacional em nosso país.

Os cursos se constituem em grandes desafios, pois devem propiciar aos estudantes o acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos e acumulados historicamente pela humanidade. Nesse sentido, há muitas perguntas que estão sendo elaboradas e tentando-se responder ao mesmo tempo: como construir um currículo integrado considerando as especificidades de público tão diverso? Quais os instrumentos para reconhecimento dos saberes adquiridos em espaços não-formais de aprendizagem? Qual o material didático apropriado para utilizar em cursos que integram ensino médio e cursos técnicos, na modalidade EJA? Como deve ocorrer a formação dos professores (em que espaço, com qual conteúdo, com qual a duração, em que nível etc.) que atuam/atuarão nesses processos educacionais?

Nesse sentido, podemos destacar três grandes movimentos no sentido de contribuir para a transformação do PROEJA em política pública educacional. Um deles é a própria oferta de ensino médio integrado na modalidade EJA que, gradativamente, está sendo implantada no âmbito da Rede Federal de EPT e em alguns sistemas estaduais. É um movimento tímido, com idas e vindas, avanços e equívocos, ainda marcados pela pressa inicial de implantar os cursos, mesmo sem todas as condições necessárias. Como exemplos, podemos citar a falta de professores com a necessária formação, como também a falta de estudos que pudessem balizar os mecanismos mais adequados para a seleção dos candidatos

às vagas do PROEJA, ambas contribuindo para seja elevada a evasão nos cursos. De qualquer maneira, esse está sendo um importante movimento na direção de construir a política. O CEFET-RN não está imune a todas essas questões. Mesmo assim, cabe destacar que no último dia 17/05/2008 ocorreu a solenidade de formatura de sua primeira turma de PROEJA, no Centro de Treinamento do MST Patativa do Assaré, localizado em Ceará-Mirim, no prédio em que funcionou o Colégio Agrícola de Ceará-Mirim, uma vez que o curso ocorreu em regime de colaboração entre o CEFET-RN e o MDA/INCRA, tendo como beneficiários integrantes do MST e pequenos agricultores, no âmbito do PRONERA, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Além disso, o CEFET-RN também está oferecendo cursos no âmbito do PROEJA nas unidades Natal/Zona Norte, Mossoró, Ipanguaçu e Currais Novos.

Outro movimento é a formação de professores dos sistemas federal, dos estados e dos municípios, por meio de cursos de especialização especificamente voltados para atuação no PROEJA. atualmente está em marcha o segundo ciclo desses cursos. O primeiro ocorreu entre 2006 e 2007, em 15 pólos no país, a maioria nos CEFET, sendo que o CEFET-RN foi um desses pólos. Nessa primeira fase formaram-se cerca de 1.500 docentes e gestores, sendo 92 no Rio Grande do Norte, distribuídos em Natal e Mossoró. Como um dos resultados do primeiro curso de especialização oferecido no pólo CEFET-RN, foi publicado um livro intitulado **Formação de Educadores para o PROEJA: intervir para integrar**, cujos capítulos foram produzidos pelos docentes-formadores e docentes-estudantes envolvidos e evidenciam o resultado de reflexões teórico-práticas propositivas a respeito da integração do ensino médio com a educação profissional e a educação de jovens e adultos, áreas que historicamente, têm sido abordadas separadamente. Este livro, portanto, constitui-se em um testemunho das discussões teóricas realizadas durante o curso e mostra que é necessário urgentemente, como está dito no título, intervir para integrar essas áreas do conhecimentos. No segundo ciclo formativo, iniciado em 2007, os pólos foram ampliados para 21, de maneira que estão sendo formados 2.600 docentes e gestores com a conclusão em 2009. No pólo CEFET-RN, foram formados 100 profissionais distribuídos em Natal, Mossoró e Currais Novos, incluindo profissionais do Estado do RN, dos municípios de Natal, Mossoró e Currais Novos, além dos profissionais do CEFET-RN. Em 2008 iniciamos uma nova turma

com matrícula de 200 profissionais distribuídos em Natal sede e Zona norte , Currais Novos ,Mossoró e Ipanguaçu.As turmas estão constituídas com profissionais do Estado do RN,dos municípios de Natal, Mossoró, Currais Novos e Ipanguaçu ,bem como os profissionais do CEFET-RN ,hoje Instituto Federal de Educação ,Ciência e Tecnologia do RN . A previsão do término dessas turmas será em maio de 2010 .

O terceiro movimento refere-se às ações decorrentes do Edital PROEJA-CAPES/SETEC Nº 03/2006, destinado a estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa entre universidades federais e CEFETs, com a utilização de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes instituições de educação superior, incluída a Rede Federal de EPT. Essa ação visa à produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de pessoal pós-graduado em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área. A partir desse Edital, foram selecionados 9 projetos provenientes de consórcios entre universidades federais e CEFETs, os quais se encontram em execução. Nesse âmbito já foram concedidas 18 bolsas de mestrado e 9 de doutorado.

É preciso destacar que tais movimentos, necessários e importantes, não são suficientes para elevar o PROEJA ao nível de política pública educacional. Para tal é necessário construir e assumir concepções e princípios que fundamentem o ensino médio integrado na modalidade EJA no país, assim como projetos político-educacionais que transformem essas concepções e princípios em ações educacionais concretas. Para que isso ocorra é fundamental levar à prática uma efetiva cooperação entre as esferas de governo; é preciso implementar uma política de formação de professores; é preciso que as escolas onde ocorre/vai ocorrer esta formação tenha adequada infra-estrutura física, o que bibliotecas, laboratórios, salas de aula, ambientes para atividades artísticas, desportivas e culturais etc. Evidentemente, para que o conjunto dessas necessidades sejam atendidas não é possível que os níveis de financiamento público permaneçam nos padrões atuais em que apenas cerca de 4% do PIB é investido em educação, urge elevar esse percentual para um patamar da ordem de ao menos, 7%.

Para finalizar é preciso compreender a necessidade de conciliar duas políticas estruturantes e estratégicas. Uma delas refere-se a garantir que os jovens e adultos desse país que não concluíram a educação básica possam concluí-la com qualidade. A outra, consiste na necessidade de garantir o direito aos filhos de todas as famílias, independentemente da origem socioeconômica, o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica numa perspectiva que integre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, com qualidade para os adolescentes.

Se essas duas políticas não forem executadas de forma integrada, corre-se o risco de não estancar a situação atual, na qual a cada ano se *produzem* quase quatro milhões de sujeitos que no futuro vão recorrer à modalidade EJA para resgatar um direito que lhe foi negado anteriormente.

É, portanto, a universalização do acesso com aprendizado, permanência e conclusão da educação básica na adolescência que poderá descolar a função da EJA para um patamar mais elevado. Nesse sentido, a educação de jovens e adultos poderá assumir outro papel, pois ao invés de se destinar à educação básica poderá centrar-se na formação continuada da classe trabalhadora e, portanto, na capacitação com vistas ao exercício de atividades mais complexas dentre as profissões técnicas de nível médio e, inclusive, como forma de contribuir para o acesso à educação superior. Claro que, para alcançar nesse estágio, algumas décadas serão necessárias. Mas, para que isso ocorra, mesmo em um momento do futuro impossível de ser previsto agora, é necessário que políticas como as aqui tratadas sejam efetivamente construídas e postas em prática.

6. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Construção da matriz educacional denominada SERTANIA.

Sertania – matriz educacional que parte do sertão e se alimenta:

- das idéias de pioneiros da psicologia brasileira: Dante Moreira Leite (Psicologia e Literatura) e Paulo Rosas (Potiguar de nascimento e pernambucano de adoção; estudioso das obras de Freire; fundador do Centro Paulo Freire).
- Inicialmente, de duas obras que representam a alma (ser-tão) do povo brasileiro: *Os sertões* de Euclides da Cunha e *Grande sertão: veredas* de João Guimarães Rosa.

- das idéias do psicólogo, educador e antropólogo Carlos Rodrigues Brandão
- das obras de Paulo Freire.
- da concepção de arquétipo de Carl Gustav Jung.

Artesania – Tessitura complexa desenvolvida na construção de Sertania durante o caminhar.

Sertão: lugar de falta/seca e de fartura. Lugar de passagem. Espaço de travessia.

Sertania faz parte de um projeto de pesquisa da UFRN. É coordenado pelo professor Walter Pinheiro Junior e tem a colaboração de Adailson Tavares de Macedo (Coordenador do FPEJA)

Grupos, espaços ou lugares de travessia: Indígenas, Ciganos, Quilombolas, Privados de liberdade, Profissionais do sexo, Pescadores, Religiosidade de Matrizes Africanas, Grupos da terceira idade, Escolas estaduais e municipais, Cooperativas, Fóruns de EJA etc.

O FPEJA e um provável lugar de travessia:

Participação do FPEJA no projeto de criação da AFAESPE (Associação de Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Prisional do Seridó), entidade que apoiará os familiares e egressos, possibilitando a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, no processo educativo e na sociedade; além de intermediar a venda de produtos de privados de liberdade na Penitenciária Estadual do Seridó, na cidade de Caicó/RN.

A AFAESPE será gerida por egressos do sistema prisional e familiares. A construção do projeto está sendo realizada por Adailson Tavares de Macedo (Coordenador do FPEJA), pela agente penitenciária Francisca Gomes da Silva e um privado de liberdade, cujo projeto de vida alimenta-se da criação desta associação.

A AFAESPE terá como matriz educacional Sertania.

7. Serviço Social da Indústria – SESI/RN

NO SISTEMA SESI A EDUCAÇÃO FAZ PARTE DO PLANO ESTRATÉGICO

APRESENTAÇÃO

Os propósitos, a razão de ser e os compromissos essenciais e permanentes do Sistema SESI estão definidos em sua missão, que é à base da estratégia da Instituição:

Contribuir para o fortalecimento da Indústria e o exercício de sua responsabilidade social, prestando serviços integrados de educação, saúde e lazer com vista a melhoria da qualidade de vida para o trabalho e ao desenvolvimento sustentável.

Na área de Educação o SESI, através do seu Programa de Educação considera que os novos padrões educacionais estão provocando transformações no âmbito do saber, e as inovações criaram uma realidade de vida, que provoca o reordenamento de estruturas e papéis sócio-educacional alterando profundamente as novas demandas.

É esse desafio que nos impulsiona para uma tomada de decisão na busca da melhoria da coletividade. Essa proposta tem como missão contribuir e ampliar as práticas educativas de qualidades deliberadas e direcionadas por uma gestão democrática que vem atendendo as modalidades de Educação de Jovens e Adultos, cuja estrutura organizacional pedagógica, obedece a processos e estratégias de comunicação fundamentadas numa prática de ação-reflexão-ação de acordo com as necessidades da respectiva modalidade de ensino, articulando a relação de interação de professor/aluno/comunidade no fazer pedagógico.

As orientações pedagógicas com finalidade contribuir com a implementação de práticas educativas de qualidade, proporcionando condições necessárias para o exercício da cidadania de nosso alunado.

As particularidades da proposta educativa propõem um diálogo entre a comunidade escolar e a instituição, de modo a garantir a efetividade da mesma.

HISTORICO DA INSTITUIÇÃO

Desde a sua criação SESI elenca, como prioridade básica às atividades de educação, e para tanto vem investindo de forma significativa na educação básica do trabalhador e seus dependentes. Tanto que hoje, decorridos mais de sessenta anos, possui uma rede expressiva de escolas, além das salas que se multiplicam nas empresas, com um programa curricular de qualidade, seja sob a forma de ensino presencial, seja sob a forma de educação à distância, distribuída em todos os estados brasileiros. Na história da educação de jovens e adultos do SESI destaca-se, de modo marcante, a participação efetiva do Prof. Paulo Freire. Durante mais de dez anos ele integrou o corpo técnico-docente da instituição, constituindo, esta fase, como ele próprio dizia,

“Uma fase inspiradora de um de meus livros, onde discuto essa passagem, por mim denominada de tempo fundante, quer dizer, um tempo que funda e isso se abre à profundidade”.

O Prof. Paulo Freire deixou, sem dúvida, ensinamentos fundamentais que vêm balizando a proposta educacional do Serviço Social da Indústria.

Neste contexto, o SESI/RN exerce um papel importante na Educação em todo o Estado, desde 1991.

No campo específico da Educação de Jovens e Adultos, oferece Ensino Fundamental e Ensino Médio, assegurando oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características, os interesses e as condições de vida do alunado. Isto se dá sob a forma presencial na Modalidade de EJA conforme autorização, do CEE utilizando-se das turmas que funcionam dentro das empresas, evitando o deslocamento do aluno, contextualizando e integrando a escola e a aprendizagem ao seu local de trabalho, corroborando com o que bem afirma o Prof. Paulo Freire:

“Minha proposta fundamenta-se na ênfase à experiência, ao saber do aluno, ou seja, a capacidade de ser sujeito da produção do próprio conhecimento”.

Daí entendermos a escola como espaço de aprendizagem, uma vez que viabiliza o ensino em contexto, o desenvolvimento de competências, a valorização de aptidões individuais e a transferência do que foi aprendido.

Enfim, uma escola construída de ensinamentos a partir do universo sócio-cultural dos alunos, relacionando teoria e prática de vida.

Com essa compreensão o SESI desenvolve vários programas na área de educação com proposta que possibilita à construção de competências necessárias a formação básica bem como acionando as ferramentas apropriadas para o desenvolvimento da capacidade de aprender, a aquisição de conhecimentos e habilidades, a formação de atitudes, a compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

O papel que o SESI tem desempenhado como agente de intervenção na sociedade, no campo de educação, tem sido sempre no sentido de desenvolver

ações que visem o aumento efetivo de bem estar do trabalhador e seus dependentes no meio social.

O SESI/RN tem certeza de que assume o seu papel na Educação, entendendo que é preciso buscar novos caminhos e/ou oportunidades no sentido de disponibilizar uma nova proposta educacional flexível, dinâmica, ampla, adequada e de qualidade que atenda ao seu público, considerando também a construção da cidadania.

PROJETOS DESENVOLVIDOS EM EDUCAÇÃO

Título Projeto	Objetivo	Observação
Projeto Inclusão Digital na Educação de Jovens e Adultos	Desenvolver habilidades técnicas e formativas nas novas tecnologias da informação com o aluno trabalhador permitindo a esse aluno utilizar o computador como uma ferramenta essencial em benefício de sua própria aprendizagem.	Salas de aulas de EJA nas empresas e Centros de Atividades (CATs) na Capital e interior.
Projeto Indústria do Conhecimento	Facilitar ao trabalhador (a) e sua família o acesso a informação disponível em mídia impressa e eletrônica e na internet a apropriação do conhecimento.	Empresa e Prefeituras Municipais do RN
Projeto Biblioteca Itinerante	Desenvolver as competências e habilidades básicas em leitura, com vista à melhoria e ampliação dos níveis de compreensão literal, interpretativo e crítico do leitor.	Salas de aulas de EJA nas empresas e todos os CATs
Projeto Currículo Contextualizado	Elaborar proposta curricular e materiais didáticos-pedagógicos (Ensino Fundamental e Médio) contextualizados, tendo como parâmetro às competências básicas e específicas relacionadas ao setor petrolífero	Material elaborado pelo DR/RN sobre Petróleo para ser usado por todos os regionais
Prêmio SESI Qualidade da Educação	Estimular a melhoria da qualidade da educação básica em escolas públicas e privadas.	Desenvolvidos pelo regionais e por escolas públicas e privadas de todo Brasil.

Projeto LEGO	Material didático que contribui para a construção de competências básicas necessários aos educandos, tendo como instrumento motivador o ambiente "lúdico-facilitador"	Salas de aulas da EJA nas empresas - todos os Cats
Ensino Médio Articulado SESI/SENAI-RN	Promover ações de educação básica e tecnológica para jovens e adultos mediante a oferta de cursos que favoreçam a construção de competências acadêmicas e técnicas visando o atendimento as demandas do mundo do trabalho.	Projeto desenvolvido pelo SESI (Educação Básica) e SENAI (Educação profissional)
Educação do Trabalhador	Educação Básica desenvolvida em empresas em nível de Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade presencial e a distância (em fase de implantação)	Desenvolvido em todos os Centros de Atividades do SESI/RN

8 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA – SEEC-RN

A Subcoordenadoria de Educação de Jovens e Adultos-SUEJA, em consonância com as abordagens de um modelo educacional inovador e de qualidade, tem proporcionado encontros e formações para os educadores que atuam na EJA, da rede estadual de ensino, fundamentando-os para o enriquecimento das ações pedagógicas. Bem como, preparando-os no âmbito das normatizações legais e na colaboração de políticas e práticas que sejam propícias a uma educação voltada para o desenvolvimento humano como estratégia na construção de uma sociedade sustentável e equitativa.

Sendo assim, os esforços para tratar de uma educação articulada com a cultura, com as relações sociais e com os processos de inclusão estão presentes nas ações das Diretrizes Orientadoras do Ensino Fundamental e Médio de 2009 desta modalidade de ensino. O presente documento, portanto, é o resultado da integração entre educadores das escolas de Ensino Básico da EJA, dos Centros de Educação de Jovens e Adultos-CEJA, da Comissão Permanente de Exames Supletivos, Técnicos das Diretorias Regionais de Ensino e Equipe Pedagógica da SUEJA, consolidando compromissos e parcerias para uma educação de qualidade.

Dessa forma, as considerações resultantes desse processo, permitiram a construção das ações para o ano de 2009 especificando nessa informação o desenvolvimento para o segundo semestre:

AÇÃO	OBJETIVO	ABRANGÊNCIA	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
Reunião do Comitê Gestor de Alfa/EJA.	Disseminar a importância da política pública de EJA com instituições públicas e demais organizações da sociedade civil.	15 DIRET 163 municípios do RN	Setembro
Seminário com educadores, gestores e agentes penitenciários.	Sensibilização e disseminar junto a sociedade a importância da educação no sistema penitenciário do RN.	Natal, Caraubas, Mossoró e Caicó	Outubro e Novembro
Formação de educadores que atuarão nos presídios.	Criar competências entre educadores para implementar educação no sistema penitenciário com vista ao rendimento do processo ensino aprendizagem.	Natal, Caraubas, Mossoró e Caicó	Setembro
Aquisição do acervo bibliográfico.	Possibilitar aos educadores a oportunidade de complementar o processo ensino aprendizagem com fonte de pesquisa qualificada.	Natal, Caraubas, Mossoró e Caicó	Setembro
Orientação da política pública de EJA nas DIRET	Consolidar o atendimento da EJA como política pública.	16 DIRET	Setembro
Aquisição de materiais pedagógicos para EJA	Subsidiar os educadores com atuação em EJA com vista a melhoria do processo ensino aprendizagem.	16 DIRET	Agosto e Setembro
Oficina de Literatura	Incentivar a leitura com jovens, adultos e idosos, no contexto da literatura formal e popular.	16 DIRET SUEJA	Agosto e Setembro
Expansão do ensino médio da EJA	Atender a demanda de jovens que estão fora do processo de escolarização.	Implantação nas escolas autorizadas para o ensino médio regular no RN.	2009 2010
Acompanhamento pela equipe da SUEJA E DIRET as Escolas que atuam com EJA no RN	Assessorar o desenvolvimento pedagógico e processo de escrituração da educação de Jovens e Adultos	Escolas autorizadas para o ensino médio regular no RN.e comissões permanentes de Exame.	2009 2010

DESAFIOS

- Investimento na política de formação continuada para educadores que atuam com a EJA, para aprofundamento na compreensão das especificidades no atendimento a EJA.

- Promoção da aprendizagem ao longo da vida com a devida interação da alfabetização de adultos a política pública da EJA.

- Ampliação nas diversas formas de atendimento a Educação de Jovens e Adultos na rede pública de ensino, inclusive com expansão de salas de aula nos locais de vivência dos educandos.

- Garantir a permanência do educando da EJA na rede de ensino com qualidade, através de critérios específicos e incentivos implementados no plano político / educacional do governo estadual.

- Ampliação da discussão sobre a educação de jovens e adultos com as organizações: educacionais, sociais, públicas, privadas, comunitárias e intersetoriais.

- Interagir com as decisões políticas, metodológicas e pedagógicas da VI CONFITEA - 2009.

O conjunto das ações aqui relatadas, responde as necessidades de referenciais para que a Educação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Norte possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direito entre os cidadãos Jovens, Adultos e Idosos num processo de aprendizagem continuada efetivada ao longo da vida.

4. A CONCEPÇÃO QUE ORIENTA A POLÍTICA DE EJA NO RIO GRANDE DO NORTE SOB A ÓTICA DO FPEJA

A Educação de Jovens e Adultos vem alcançando avanços significativos em nosso Estado através das instituições integrantes do Fórum Potiguar. Assim sendo, se faz necessário citar algumas concepções pedagógicas que regem nossas discussões, como: Educação Popular, Educação ao longo da vida e Educação para humanização do homem.

A Educação Popular é uma educação comprometida e orientada pela perspectiva de realização dos direitos do povo. Sua principal característica é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas do seu cotidiano.

Os processos de ensino e de aprendizagem são atos de conhecimento e de transformação social. É diferente da Educação Tradicional porque não é uma educação fria e imposta, já que se baseia no saber da comunidade e incentiva o diálogo; e é diferente de uma Educação Informal porque possui uma relação entre educadores e educandos, valorizando e problematizando os saberes destes, sem subjugar-los pelos saberes acadêmicos e sim articulando ambos.

O papel dos professores, enquanto agentes de mudança, é determinante na formação de atitudes positivas e negativas, face ao processo de ensino e de aprendizagem e a criação das condições necessárias para o sucesso da educação formal e da educação permanente, uma vez que já não se permite limitar-se a transmitir conhecimentos aos alunos. É necessário também ensiná-los a pesquisar, a pensar e a relacionar diversas informações, revelando espírito crítico. Devem despertar a curiosidade, desenvolver a autonomia e estimular o rigor intelectual, criando condições para o “saber aprender a aprender”, pilar fundamental para uma educação ao longo da vida.

Em relação à concepção humanista e libertadora da educação, podemos afirmar jamais separar o homem do mundo, não compartilhando com a idéia do homem-coisa, adaptável, lutando sempre pelo homem-pessoa, transformador do mundo. Essa concepção que recusa os depósitos e a mera dissertação ou narração dos fragmentos isolados da realidade afasta qualquer possibilidade de manipulação do educando.

Baseado nas concepções colocadas acima, o Fórum Potiguar reafirma o avanço nas discussões em EJA no nosso Estado, porém reconhece a existência de um longo caminho a ser percorrido até alcançar a conscientização unânime dos sujeitos dessa modalidade de ensino. Segundo Paulo Freire, “já não se pode afirmar que alguém liberta alguém, ou que alguém se liberta sozinho, mas os homens se libertam em comunhão”. Por essa razão, percebemos a importância do Fórum como mediador das conquistas, reiterando, porém, a necessidade da participação de todos no desejado processo educativo.

No contexto dos movimentos sociais, notadamente, na última década do século XX, as reformas educacionais empreendidas no Brasil conferiram prioridade para a Educação Básica e para o desenvolvimento da modalidade educação de jovens e adultos – EJA, a qual no momento presente continua sendo alvo das atenções governamentais e da parte do empresariado considerando a necessidade de elevar o nível de escolaridade dos segmentos dos trabalhadores, a fim de que os mesmos possam responder as exigências e as demandas do mundo do trabalho e da sociedade globalizada em seu conjunto.

Sendo a educação concebida como um fenômeno que permite ao indivíduo jovem e adulto desenvolver seu potencial em termos das habilidades do pensamento, confirmar e aperfeiçoar as competências adquiridas pela via da educação extra-escolar, e que a produção de conhecimento e aprendizagem permanente, ao longo da vida constituem fatores essenciais na mudança educacional demandada pelas transformações operadas em âmbito global, a Educação de Jovens e Adultos traz no seu bojo a possibilidade histórica de contribuir para a efetivação de um caminho de luta para a conquista dos direitos civis e sociais da pessoa humana, de qualquer idade.

Nessa perspectiva, a Educação de Jovens e Adultos torna-se mais que um direito: é concebida como a chave para o século XXI, porque, além de exprimir a própria consequência do exercício da cidadania propicia a condição para uma participação consciente, proativa, criativa e construtiva na sociedade. O ser cidadão passa a ser visto mais que um indivíduo, pois o mesmo precisa aprender a aprender através do desenvolvimento das competências e habilidades definidas por Delors (2002) para “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser”.

Com tantas mudanças em marcha no mundo, a Educação de Jovens e Adultos precisaria ultrapassar os limites da alfabetização restrita ao ler, escrever e contar. A partir da V CONFINTEA de Hamburgo (1997) foram traçados os novos rumos para as políticas, planos, programas e projetos, de modo que a prioridade passou a ser o desenvolvimento de capacidades, competências e habilidades apropriadas para que todos possam enfrentar os desafios e as transformações que se processam no contexto social, político, econômico e cultura, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, os avanços da ciência e da tecnologia e o seu impacto na formação integral do homem-cidadão, no mundo do trabalho e da sociedade.

5 CONTROLE SOCIAL NA EJA, FINANCIAMENTO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS, ANÁLISE PROPOSITIVA DO FÓRUM DE EJA.

NÃO EXISTEM ATUAÇÕES DO FPEJA NESSE SEGUIMENTO

REFERÊNCIAS

ALVES, F. T. O. **Quando professoras se encontram para estudar Matemática: saberes em movimento.** Tese (Doutorado em Educação)- Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ARROYO, Miguel. Formar educadores de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio. **Formação de educadores de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra. 1996

GAUTHER, NUÑEZ E RAMALHO. **Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios.** Porto Alegre: Sulinas, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar.** Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOUZA, João Francisco de. **Atualidade de Paulo Freire: contribuição ao debate sobre a educação na diversidade cultural.** Recife: Bagaço. 2001.